A Antónia Van Dunem (a mãe Antónia), recordando três décadas de carinho e amor e o exemplo de coragem, dignidade e resistência com que enfrentou as brutalidades que a vida lhe infligiu.

Nota introdutória

Jubilo-me este ano de professor da Faculdade de Direito, mais de quarenta e cinco anos depois de ter começado a dar aulas. Foi uma carreira longa em que procurei transmitir a sucessivas gerações de estudantes o meu amor pelo Direito e, em especial, pelas ciências jurídico-económicas, desafiando-os a reflectirem sobre as grandes questões que se colocam às nossas sociedades e os modos como os Governos podem com elas lidar.

Foi um percurso fascinante, muitas vezes feito com a sensação de estar contra o pensamento dominante, mas sempre tentando que ele não passasse a único. Tenho hoje a convicção de que contribuí para esse objectivo, divirto-me a ver as mudanças de rumo de tantos austeritários e alegra-me que a intervenção do Estado — garante do interesse público — comece a ser reabilitada.

Ao longo de todo o tempo em que leccionei, mantive uma actividade de advogado, primeiro isolado e, depois, em sociedades que fundei. Foi um caminho ao encontro daquilo para que me preparara e tive forças para enfrentar ataques da mais variada natureza sem dele me desviar.

A jubilação é-me imposta por uma lei que não se preocupa com a condição intelectual e a capacidade de trabalho, mas apenas com o facto de se ter atingido uma dada idade. E contra isso nada há a fazer que não seja manifestar o desacordo com uma solução que atinge os mais velhos, que assim são discriminados, numa forma generalizada de idadismo na função pública.

Mas nada me obriga a cessar a advocacia. Aqui tenho eu a última palavra e ouço a família, colegas e amigos sobre o melhor caminho a seguir.

Esta aparente liberdade de decisão não é, no entanto, assim tão completa, porque condicionada por factores externos que não podemos controlar. Os tempos mudaram e onde outrora a preferência ia para os advogados com larga experiência e sabedoria acumuladas vai agora, num movimento de concentração, para organizações maiores, mais pluridisciplinares.

O desmesurado número de advogados e a concentração da procura em sociedades de grande dimensão gera forte pressão nos mais jovens, que tendem a ver-nos como um obstáculo à sua realização profissional.

Por falta de força, por pensar que não é possível resistir às pressões difusas que tendem a afastar-nos da vida activa, muitos cedem e ajudam a aprofundar o fosso que afasta os mais velhos do trabalho, engordando cada vez mais o movimento idadista.

Penso que, para além de lutar contra as imposições legais, nos cabe contribuir, pela acção individual, para eliminar a regra não escrita que diz que, independentemente das nossas condições intelectuais, vontade e energia pessoal, temos de deixar o mercado de trabalho a partir de uma determinada idade. Essa é uma forma de discriminação contra a qual devemos lutar, como já lutámos contra outras.

Estou muito grato aos que me ajudaram neste processo de reflexão a vários títulos e por diferentes modos. Sem naturalmente serem responsáveis por quanto defendo e afirmo.

A Francisca, a minha adorada mulher, foi como sempre inexcedível no apoio que me concedeu, sacrificando permanentemente o seu bem-estar. Sem ela o livro não existiria. Também o meu filho, José Paz Ferreira, foi, como sempre, uma fonte de ideias e caminhos, assim como o João Van Dunem *(Che)* que vi crescer e tornar-se um economista brilhante e um cidadão empenhado e inspirador.

Entre os colegas com quem falei, recordo particularmente o José António Pinto Ribeiro, amigo de há mais de cinquenta anos, e o Agostinho Pereira de Miranda. Muitos dos que sempre apoiaram a escrita dos meus livros estiveram, de novo, presentes. Com o risco dos esquecimentos, agradeço a José Barata-Moura, a José Narciso Cunha

Rodrigues, a Maria Emília Brederode Santos, a Luísa Cerdeira, a Horácio Negrão, a Marcelo Feio, a Henrique Montelobo, a Glória Brito e a Carlos Brito.

A Patrícia Bastos, já presente nos meus últimos livros, foi uma colaboradora preciosa para quem contraí uma enorme dívida.

A Margarida Alcobia foi sempre inexcedível a auxiliar, acompanhando permanentemente o meu trabalho.

No João Gonçalves reencontrei a amizade e o amor aos livros. É um privilégio ser editado por ele. Tive a sorte de o texto ser revisto com enorme competência e sensibilidade pelo Miguel Cardoso Pereira.

À minha família, o meu agradecimento sentido. Os meus avós, os meus pais e as minhas irmãs deram-me, para além do amor, a dimensão da responsabilidade intergeracional.

Este livro é dedicado a Antónia Van Dunem, que concluiu 100 anos enquanto eu o escrevia. Nas últimas décadas, ela foi uma verdadeira mãe para mim, dando-me o maior carinho e amizade possíveis.

Na festa dos seus 100 anos juntaram-se umas centenas de pessoas, na sua maioria angolanas, muitas vindas dos mais diversos sítios do mundo exclusivamente para a celebração. Foi muito bom ver o sentido africano de família e o afecto, a quase veneração que várias gerações lhe dedicam. Para além de a homenagearem pelas suas qualidades pessoais, todos respondiam ao apelo de respeitar e honrar os mais velhos.

PARTE I

CRESCER EM DITADURA

Eu vim de longe.
O que eu andei para aqui chegar

O Outono avança e com ele, finalmente, a chuva, a dar um ar mais triste à rua, onde ainda há poucos dias os pássaros voavam de galho em galho e as pessoas passavam tranquilamente.

Estou sentado no meu amplo gabinete do escritório, onde me sinto bem e onde me lembro de algumas paisagens parisienses. O canto de Juliette Gréco aquece-me um pouco o coração. Ao contrário do que seria de esperar, de mim, quase info-excluído militante, o som não sai de qualquer aparelho antigo, mas sim de um computador onde está instalada uma plataforma de *streaming*, que me permite acompanhar recordações, saltar géneros, percorrer mundos.

Como seria previsível, a melancolia domina, mas, de quando em quando, saltam vozes novas. Na generalidade trouxe-as o meu filho até mim. Ele sabe sempre tudo o que há de mais recente e, claro está, foi ele que me instalou o *streaming* e é ele que me socorre nas aflições tecnológicas.

Esta é uma história que começa bem atrás, em Outubro de 1970, quando parti dos Açores para estudar Direito. Desde então, raro é o dia em que não me recordo dos meus pais na doca de Ponta Delgada, com os cabelos no ar, acenando-me para o *Angra do Heroísmo*, paquete que me levaria a Lisboa. Foi uma dor enorme deixá-los, mas foram realmente eles a obrigar-me a fazê-lo com uma profunda generosidade, ignorando que ficariam sozinhos, uma vez que as minhas irmãs já estavam no Continente.

Em tempos em que nem havia universidade nos Açores, cumpria o destino açoriano de partir para outras paragens. Alguns, como eu, faziam-no num barco regular de carreira, mesmo que em terceira classe sem instalações. Outros como Victor Manuel Caetano e Evaristo Gaspar, pescadores pobres de São Miguel, cuja história o grande escritor micaelense Manuel Ferreira viria a imortalizar em *O Barco e o Sonho* — transposto para a televisão pelo Zeca Medeiros —, usavam pequenos barcos artesanais, rumo à esperança.

Esses, os pobres a quem Portugal nada dizia, partiam para os Estados Unidos — nesse caso num pequeno barco que zarpou de Ponta Delgada a 28 de Junho de 1951 e chegou aos Estados Unidos cerca de dois meses depois, com os ocupantes exangues, à beira da morte. Os dois pescadores foram recebidos na América em grande medida pela generosidade e empenho do então senador John Fitzgerald Kennedy. Victor Manuel Caetano viveria uma boa parte da sua vida nos Estados Unidos, acabando por morrer em Ponta Delgada, em Março de 2020, aos 95 anos, numa demonstração de justiça da Divina Providência.

Esse mar que nos separa do Mundo, de onde por vezes vinham os piratas ou as esquadras espanholas e outras, os comerciantes ingleses de laranja, que permitiram períodos de prosperidade, era uma referência marcante e quase sempre ameaçadora a pairar sobre a vida dos açorianos. Na letra da *Canção Longe*, canto popular açoriano que José Afonso recuperou, perpassa essa imagem: «Ó meu bem, se tu te fores, como dizem que te vais, deixa-me o teu nome escrito numa pedrinha do cais.»

Aqui e agora, tão longe desses tempos, da terra e dessas misérias, não é fácil esquecer os trabalhadores rurais sem emprego fixo nem sapatos nos pés e uma fatia de broa com pimenta para alimento diário — isto se, por sorte, algum dos senhores das terras os contratassem —, ou os pescadores, que saíam para o mar em dias de tempestade, sem saberem nadar, e sem quaisquer mecanismos de protecção, arriscando ser devorados pelas vagas alterosas, impelidos pela necessidade de alimentar a família.

Era fácil sentir a injustiça nos Açores nesses tempos, como de resto em todo o País. E era também lógico que surgisse o ímpeto de mudança. A vontade de reconfigurar o mundo em que vivia, tornando-o mais justo. A escolha de Direito aparecia com imperativa para a realização desse desígnio.

Numa sociedade muito conservadora e fechada, o Liceu, que não se podia sequer designar por Liceu Antero de Quental, era um baluarte do Estado Novo, e isto apesar da grande qualidade de alguns professores, como Mário Rego Costa, Luís Macedo, Nicolau Vasconcelos Raposo, Armando Medeiros ou Josefina Silva, que muito contribuíram para a minha formação. Os programas das disciplinas eram na generalidade desinteressantes e a preparação cívica era pretensamente dada pela disciplina de OPAN (Organização Política e Administrativa da Nação), de má memória, leccionada nos últimos dois anos, para tédio geral, apenas amenizado por uma política de distribuição de boas notas.

Recordando a OPAN, há que reconhecer que o ensino secundário da Democracia ficou muito aquém daquilo que seria de desejar para uma formação sólida em valores e direitos civis, políticos e sociais.

Também a disciplina de Religião e Moral estava entregue a padres profundamente conservadores[1], em contraste com a abertura à sociedade e ao progresso que outros sacerdotes demonstravam e que tinham designadamente expressão nas Semanas de Estudos dos Açores[2], em que a presença de professores do Seminário de Angra e outros sacerdotes era decisiva.[3]

Nos Açores, tive, entretanto, a sorte de me cruzar com seres genuinamente inspiradores, como Borges Coutinho, Melo Antunes, Medeiros Ferreira, o pastor Dimas de Almeida, os padres Weber e Manuel António, Alba e Júlio Quintino e alguns outros que ajudaram à criação da minha consciência social.

E são estas histórias que restam das *Ilhas de Bruma* a que sinto pertencer porque, como escreveu Manuel Medeiros Ferreira, numa inspirada canção, «é que nas veias corre-me basalto negro, no coração a ardência das caldeiras. O mar imenso me enche a alma, e tenho verde, tanto verde a indicar-me a esperança».

---

[1] Com a excepção de Manuel Pereira de Medeiros, perseguido pelo Bispo de Angra e afastado do Liceu. Manuel Medeiros veio a abandonar o sacerdócio e tornou-se uma figura de relevo na cultura portuguesa, alimentando especialmente o meio literário de Setúbal.

[2] As Semanas, organizadas por um grupo de católicos progressistas e intelectuais comprometidos com as necessidades de mudança, constituíam um momento de debate dos problemas sociais e económicos com que os Açores se debatiam.

[3] *Vd.* o depoimento de Artur Cunha de Oliveira, *As Semanas de Estudo dos Açores* (UCP, 2014). Recentemente, as Semanas foram relançadas com o apoio do Centro Nacional de Cultura.

Longe e perto da Ilha

Mesmo longe, a Ilha não me abandona e é também por ela que ajo, que trabalho, que me alegro, que me indigno. Entro sempre no avião que me levará de Lisboa a Ponta Delgada com o sentimento de quem regressa à sua velha casa e sinto, como Ary dos Santos melhor que ninguém descreveu no poema de um belo fado, que «regresso à procura das origens da ternura, onde o meu ser perdura». E, quando retorno ao Continente, ecoa-me aos ouvidos a fabulosa canção de Cole Porter *Ev'ry time we say goodbye*[4].

Passaram anos e anos — e passariam mais de mil anos, como se canta num encantador *bolero*[5] — desde que parti da ilha para ir estudar para a universidade, mas a minha alma nunca dela saiu.

Numa comunicação no centenário da morte de Antero de Quental, José Medeiros Ferreira[6] faz a mais brilhante reflexão sobre o tema da insularidade. Dou-lhe muitas vezes a palavra e recordo essa reflexão, linha a linha, nos momentos de desconcerto anímico: «Ser criado numa ilha e depois ir viver para um continente é capaz de não ser a mesma coisa que o vice-versa. Essa diferença talvez derive da insularidade. A essência insular é paradoxal se encarada numa perspectiva ontológica. É um ente finito que se reconhece limitado, um ser inteiro, mas

[4] Sobre o sentimento de um insular, *vd.* o meu «Every time we say goodbye, I die a little», em Roberto Carneiro, Onésimo Teotónio de Almeida e Artur Teodoro de Matos (organizadores), *A Condição de Ilhéu (*UCP, Lisboa, 2017), pp. 217-222.

[5] *Sabor a mí*, de Álvaro Carrillo (1959).

[6] *A aprendizagem insular da cultura*, comunicação a um colóquio em homenagem a Antero de Quental.

incompleto. É um ente que quer ser. Como ente é finito, ou seja, autónomo. Como ser é imperfeito e a ele se aplica o que sobre o amor e sobre a sabedoria discorre Platão n'*O Banquete*. Do ponto de vista da aquisição de conhecimentos, o insular sabe que se passaram ou que se passam coisas que ele desconhece e pergunta: «O que estará para além do horizonte?» Nesse particular, o insular é um especulativo que não só imagina outros mundos vedados como tem uma propensão natural para olhar criticamente os fenómenos que se lhe deparam. Tem uma atitude de espírito kantiana, sobre cada fenómeno esconde-se misteriosamente um nómeno. Noutro plano de análise, pode dizer-se que o ilhéu é desconfiado. Ele desconfia duplamente da realidade que lhe é representada, por saber que ela não esgota o universo e por não permitir a revelação da verdade. Para um habitante de uma ilha, a maior parte do Mundo está fora. Ele sabe que há outros mundos.»[7]

Vem seguramente desse tempo e dos movimentos erráticos, que traduziam o meu mal-estar em face da cidade fechada, o «I always contradict myself», lema que ainda hoje uso e que fui buscar a um belo filme de Nicholas Ray, *Bitter Victory*. Nele, o protagonista, o fabuloso Richard Burton, é mordido por um escorpião, morrendo nas dunas do deserto para salvar a vida de uma personagem totalmente indigna e sua inimiga mortal.

Muito antes de me decidir pelo estudo do Direito, o meu sonho era ser actor de cinema e teatro. Algumas experiências traumatizaram-me, no entanto: na pré-JEC (Juventude Estudantil Católica) tentei recitar um poema numa festa de Páscoa, esqueci-me dos versos e saí de cena em prantos e a gritar: «Ai a minha cabeça!» Uns dois anos depois, tentei recitar *O Monstrengo*, no melhor estilo João Villaret, despertando o interesse generalizado no liceu — que acorreu a ver quem gritava tanto —, mas a cara do meu estimado professor de português não me deixou margem para dúvidas. Também não seria aquela a minha vocação. Depois, como ia ganhando os jogos florais do liceu, convenci-me de que seria escritor.

[7] Na evocação de José Medeiros Ferreira, agora incluída no meu *Encostados à Parede* (Quetzal, 2015), desenvolvo o seu pensamento sobre estes temas.

Esses eram tempo de felicidade. Recordo sempre a minha infância como um espaço de carinho, de amor e tolerância, que me marcou para sempre e me deu a ideia (arriscada) de que o sentimento comanda a vida. Lembro-me dos longos dias na praia ou na piscina, de jogar futebol ou dos piqueniques no campo e ainda ouço os pássaros, que nunca mais cantaram do mesmo modo. Lembro-me da imensa ternura dos meus pais e do meu avô, do bife cortado em bocadinhos muito pequeninos pela minha avó, nos almoços de Domingo.[8]

Muito novo comecei uma vida de rebelde, de noitadas pela cidade vazia, de contestações gratuitas, de jogos de bilhar e cartas no Santa Clara e no União Micaelense, na companhia de bêbedos e de pequenos vigaristas. Este meu percurso foi sendo socialmente tolerado e só deixou de o ser quando se encaminhou para a contestação política aberta, com a promoção de uma manifestação contra a realização de um concerto da Mocidade Portuguesa, o que me ia valendo a expulsão do liceu.

As minhas irmãs tinham sido excelentes alunas e, como no primeiro ano tivera notas idênticas às delas, tanto bastou para ganhar a fama e o proveito que me permitiram, a partir daí, dormir à sombra da bananeira e me induziram uma pulsão prematura para acreditar que era um intelectual.

Quando estava no meu terceiro ano (actual sétimo) tive um estranho encontro que só veio a reforçar essa pulsão. O Paulo Jorge Melo, o melhor aluno do liceu, que andava três ou quatro anos à minha frente e que eu não conhecia[9], abordou-me, recordando os meus sucessos nos jogos florais do Liceu e dizendo que nós, os génios, nos devíamos relacionar.

Tomei muito a sério essa qualidade recém-descoberta de génio, ainda que não conseguisse livrar-me do *bluff* e do bagaço, mas caminhava

[8] Foi com vivo prazer que li a descrição da infância açoriana de felicidade e doçura num livro quase desconhecido, mas que revelou a enorme sensibilidade e inteligência de um parente meu, Augusto de Athayde, *Percurso Solitário* (Lisboa, Bertrand, 2006). Nele pude encontrar também um testemunho muito interessante e vivo das impressões do autor sobre a Faculdade de Direito de Lisboa, alguns anos antes de eu próprio por lá passar. Com pontos de vista muito diferentes, no plano político, fui surpreendido por o meu «percurso solitário» não ser, afinal, assim tão solitário.

[9] Muitos anos mais tarde, o Paulo Jorge partiria para o exílio, onde foi albergado pelo Medeiros Ferreira. Quando voltou, doutorou-se em filosofia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, onde passou a leccionar, mas sem procurar qualquer reencontro com os açorianos.

verdadeiramente por uma via de inferno e tortura, desprezando o meio social em que nascera, com as suas vidas ricas e as suas festas, onde me recusava a ir.

Lembro-me com imensa ternura das palavras da minha mãe, tentando convencer-me a ir aos bailes do Clube Micaelense e a insistir, perante a obstinação da minha recusa: «Vai. Olha que não voltarás a ter quinze anos.» Esse discurso foi persistindo no tempo, apenas com alteração da idade, primeiro para os 16 e, por fim, para os 17.

Na altura, tendia a pensar que o discurso da minha mãe era totalmente desprovido de sentido, já que tudo o que queria era mesmo não ter, nem voltar a ter, aquelas idades. Hoje estou ciente da imensa razão que lhe assistia e do disparate que eu fazia. De resto, hoje até me satisfaria já com ter outra vez vinte anos, como na letra do fado *Primeiro Amor*.

O resultado das minhas idas contrariadas aos bailes do Clube eram fortes bebedeiras e gestos gratuitos de má educação. O Clube era o centro da fina flor da sociedade micaelense, com admissão por bolas brancas e pretas e exigência de um sólido *pedigree* em várias gerações. Entre os sócios encontravam-se alguns oposicionistas, o mais notável dos quais o então capitão Melo Antunes, que fora desterrado para os Açores e acabaria por se casar com uma menina da melhor sociedade local, mantendo sempre um bom diálogo com gente destes ambientes. Anos mais tarde — ironias da história — seria retirado de Ponta Delgada, pela sua actividade subversiva junto dos adolescentes locais.

Melo Antunes ficou sempre, para mim, não só como o herói do 25 de Abril, mas como o homem que me ensinou a beber, em virtude da recordação de uma noite no Clube Micaelense.

Nessa noite, eu tinha bebido como se não houvesse dia seguinte. Encontrava-me já em estado calamitoso, quando Melo Antunes se aproximou, pôs-me um braço por cima, levou-me à casa de banho, onde vomitei, e, depois, ao bar onde me fez comer umas sanduíches, explicando-me, pacientemente, que se não pode beber sem comer. Não foi, seguramente, dos seus maiores feitos, mas o seu ensinamento foi-me muito útil, no futuro, assim como o foram as tertúlias semanais

em sua casa, onde se discutia política e economia. As minhas participações nesses encontros eram rapidamente comunicadas ao meu pai que, no entanto, nunca comentou o assunto comigo.

Entretanto, apareceria em cena o José Medeiros Ferreira, o «Ferreira das Barbas». Muito aprendi com ele, com a sua inteligência fulgurante, a sua alegria e ânsia de viver. Em particular, percebi com Medeiros Ferreira, com o seu comportamento e os seus gestos, que um intelectual não é necessariamente um ser sisudo, que ignora os prazeres da vida, os bailes, os convívios festivos, os *flirts* e namoros com belas raparigas.